

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ref. Projeto de Lei 201/2018 de autoria do Vereador Lindoar Barroso.

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei "Torna obrigatório o desligamento diário dos equipamentos de fiscalização de trânsito, de uma até às cinco da manhã e dá outras providências."

FUNDAMENTAÇÃO:

Nos entes da Federação, as funções foram divididas de forma que ao Executivo cabe administrar, pautado no princípio da legalidade e ao Legislativo a responsabilidade pela edicão de normas genéricas.

Tal repartição decorre do princípio da indepedência e harmonia entre os poderes, fixados no Art. 2º da Constitição Federal, a saber:

"Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

O Projeto de Lei em análise, cria obrigações ursupando a competência privativa do Prefeito Municipal e gerando alterações orçamentárias para o Executivo.

A LOMB estabelece como sendo competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, as tratativas que versam sobre as atividades de planejamento, organização e direção dos serviços públicos, o que abrange a adoção de medidas como a da espécie proposta pelo nobre Edil.

O Legislativo não pode subtrair do Executivo o exame da conveniência e oportunidade para instituir atos e/ou fixar regras para sua execução.

Outrossim, o Código de Trânsito Brasileiro dispõe no Anexo, II, 4.2 - SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA DE ADVERTÊNCIA:

"A sinalização semafórica de advertência tem a função de advertir da existência de obstáculo ou situação perigosa, devendo o condutor reduzir a velocidade e adotar as medidas de precaução compatíveis com a segurança para seguir adiante.",

* A

CAP .



ao mesmo tempo que complementa que a advertência será composta por "... uma ou duas luzes de cor amarela cujo funcionamento é intermitente ou piscante alternado, no caso de duas luzes."

Observa-se que a empresa responsável pelo trânsito no Município já adota as medidas elencadas pela Lei Federal.

CONCLUSÃO:

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa, tempestivamente, em análise ao projeto de lei 201/2018 e no âmbito de suas atribuições regimentais, manifesta contrária a sua tramitação.

Vereador Edson Leonardo Monteiro
Léo Contador
Relator

Laio Filipe da Silva (Presidente)

() Favorável "com restrição" () Contrário

Kleber Eduardo de Souza Rezende (Membro)

() Favorável "com restrição" () Contrário

Tiago Santana Cassiano (Membro)

() Favorável "com restrição" () Contrário

Ricardo Junio Lana (Membro)

() Favorável "com restrição" () Contrário